

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA

4ª Edição



ipea 47
anos
Por um Brasil desenvolvido



RETRATO DAS DESIGUALDADES

de Gênero e Raça

4ª Edição

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

ONU Mulheres

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR



GOVERNO FEDERAL
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e
Políticas Internacionais, Substituto**
Marcos Antonio Macedo Cintra

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das
Instituições e da Democracia**
Alexandre de Ávila Gomide

**Diretora de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**
Vanessa Petrelli Corrêa

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**
Francisco de Assis Costa

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação, Regulação e Infraestrutura,
Substituto**
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

ONU MULHERES – ENTIDADE DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O
EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Escritório Sub-regional para o Brasil e Cone Sul
Representante
Rebecca Reichmann Tavares

Coordenação de Programas
Júnia Puglia

**Coordenação da Área de Enfrentamento à
Violência contra as Mulheres**
Verônica dos Anjos

Coordenação da Área de Governança
Susana Martinez

**Coordenação da Área de Direitos Econômicos –
Programa Regional Incorporação das Dimensões
da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia nos
Programas de Combate à Pobreza em Quatro
Países da América Latina**
Ana Carolina Querino
Danielle Oliveira Valverde
Juliana Lima Maia

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
– SPM

Ministra
Irieny Lopes

Secretária-Adjunta
Rosana Ramos

**Subsecretária de Articulação Institucional e
Ações Temáticas**
Lúcia Camini

**Subsecretária de Enfrentamento à Violência
contra as Mulheres**
Aparecida Gonçalves

**Subsecretária de Planejamento de Gestão
Interna**
Maria do Carmo Godinho

Chefe de Gabinete
Ana Maria Magalhães

Assessora Especial
Sônia Malheiros Miguel

Assessora Especial
Lena Azevedo

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL – SEPPIR

Ministra
Luiza Helena de Bairros

Secretário-Executivo
Mário Lisboa Theodoro

Assessor Especial
Edson Cardoso

Chefe de Gabinete
Terezinha Abigail Gonçalves Silva

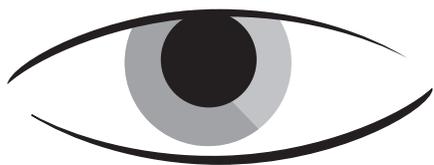
**Secretária de Planejamento e Formulação de
Políticas – SEPLAN**
Lucy Góes da Purificação

**Secretária de Políticas de Ações Afirmativas –
SPAA**
Anhamona Silva de Brito

**Secretária de Políticas para Comunidades
Tradicionais – SECOMT**
Ivonete Carvalho

Ouvidor Nacional da Igualdade Racial
Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior

**Secretário-Executivo do Conselho Nacional de
Promoção da Igualdade Racial – CNPIR**
Sérgio Pedro da Silva



RETRATO DAS DESIGUALDADES

de Gênero e Raça

4ª Edição

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea

ONU Mulheres

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Brasília, 2011



© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2011

Ficha catalográfica

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ...
[et al.]. – 4ª ed. – Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.

Com a participação de: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM),
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

ISBN 857811122-2

1.Discriminação por Gênero.2.Discriminação Racial. 3.Desigualdade Social. 4. Indicadores
Sociais. 5.Brasil.

I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 305.40981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, os pontos de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ONU Mulheres, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres ou Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Apresentação Ipea 7

Apresentação ONU Mulheres 9

Apresentação SPM 11

Apresentação SEPPIR 13

Sumário

Blocos temáticos

População 16

Chefia de família 18

Educação 20

Saúde 22

Previdência e assistência social 24

Mercado de trabalho 26

Trabalho doméstico remunerado 28

Habitação e saneamento 30

Acesso a bens duráveis e exclusão digital 32

Pobreza, distribuição e desigualdade de renda 34

Uso do tempo 36

Vitimização 38





Apresentação Ipea

As desigualdades de gênero e raça são estruturantes da desigualdade social brasileira. Não há, nesta afirmação, qualquer novidade ou qualquer conteúdo que já não tenha sido insistentemente evidenciado pela sociedade civil organizada e, em especial, pelos movimentos negro, feminista e de mulheres, ao longo das últimas décadas. Inúmeras são as denúncias que apontam para as piores condições de vida de mulheres e negros, para as barreiras à participação igualitária em diversos campos da vida social e para as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para estes grupos específicos, mas para a sociedade como um todo.

Tais evidências factuais, contudo, não foram capazes de, sozinhas, imprimir às agências governamentais um novo paradigma para a construção de intervenções que permitam reduzir as desigualdades e a pobreza. Por décadas, as políticas se desenvolveram tendo como ponto de partida – e de chegada – um conjunto homogêneo de seres humanos, sem sexo e sem raça, que deveriam, a partir deste marco conceitual, ter condições similares de acessar as políticas públicas e delas se beneficiar. A realidade, porém, evidenciada por estudos e pesquisas baseados em indicadores sociais, indicava que as desigualdades se mantinham e que a reversão deste quadro demandaria uma nova forma de agir.

É nesse contexto que o Ipea assume, a partir da década de 1990, papel relevante na produção de informações e reflexões sobre as desigualdades de gênero e raça no país. Subsidiando atores tão diversos quanto acadêmicos, gestores governamentais e integrantes de movimentos sociais organizados, o Ipea passa a produzir, periódica e sistematicamente, pesquisas que têm demonstrado a estabilidade das desigualdades e a insuficiência das políticas públicas implementadas. Torna evidente, portanto, a partir da produção e divulgação de dados e estatísticas, a existência de uma questão social que deve ser enfrentada pela sociedade brasileira.

Uma das contribuições que o Instituto tem trazido para o debate é a publicação deste *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Produzido desde 2004, inicialmente em uma parceria com o então Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), o *Retrato* tem ampliado seu escopo, seja no que se refere ao universo de informações e análises disponibilizadas, seja quanto ao conjunto de instituições que têm se somado neste esforço. Assim, esta quarta edição de *Retrato das Desigualdades* torna-se o resultado de uma parceria estabelecida entre Ipea, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Em um trabalho verdadeiramente interinstitucional, esta nova edição da publicação disponibiliza à sociedade brasileira instrumentos que permitem avançar no diagnóstico das condições de vida de mulheres e negros no país, bem como no monitoramento da implementação das políticas que vêm sendo desenvolvidas. É, portanto, uma grande satisfação para o Ipea poder contribuir neste debate e, assim, colaborar para a construção de um país que enxergue nas diferenças não os determinantes da desigualdade, mas os elementos para sua superação.

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea



Apresentação
ONU Mulheres

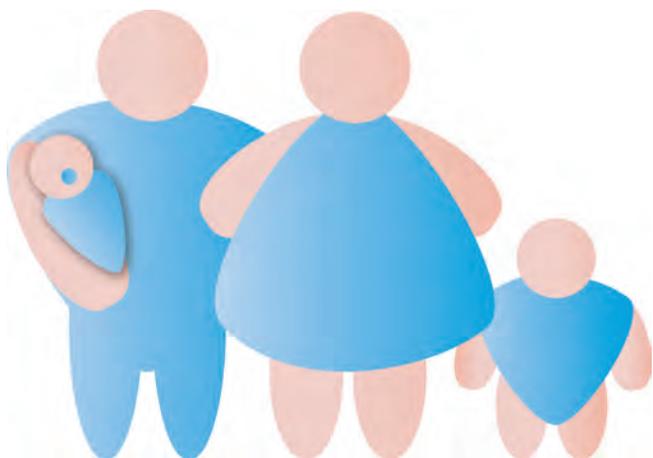
Um país que conhece a sua população tem mais chances de investir melhor seus recursos para enfrentar desigualdades e questões sociais. É nesse sentido que a ONU Mulheres, por meio do Programa Regional de Incorporação das Dimensões da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia em Programas de Combate à Pobreza em Quatro Países da América Latina: Bolívia, Brasil, Guatemala e Paraguai, tem fomentado e apoiado projetos para produção e divulgação de dados estatísticos desagregados por sexo, raça/cor e etnia.

O *Retrato das Desigualdades*, que é um desses projetos, consolidou-se como instrumento de referência para a compreensão das desigualdades de gênero e raça no Brasil. Em sua quarta edição, a publicação fornece ao público dados estatísticos, que compreendem o período de 1995 a 2009, sobre os mais diferentes temas. O objetivo é que os números aqui disponibilizados possam ser lidos por gestoras e gestores públicos, pesquisadores e pesquisadoras, e especialistas, enquanto subsídio para análises, bem como para a formulação de políticas públicas mais equitativas e focalizadas.

Neste ano de 2011, declarado pelas Nações Unidas Ano Internacional das e dos Afrodescendentes, a atualização da publicação referenda o compromisso da ONU Mulheres com a promoção de ações para a igualdade racial com o enfoque de gênero. O *Retrato das Desigualdades* poderá contribuir enormemente para medir os avanços e apontar os desafios a serem enfrentados pelo Brasil no âmbito das desigualdades ainda prevalentes no país.

A cada edição, o trabalho ganha mais peso e novas instituições se somam a esta importante iniciativa. Exemplo disso foi a adesão da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) na edição passada do *Retrato* e, nesta edição, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A partir desta estratégica parceria, consolida-se um grupo mais que legítimo para pensar políticas e promover reflexões a partir da perspectiva de interseccionalidade de gênero e raça. Este é mais um passo rumo à desconstrução do racismo e sexismo que limitam as oportunidades das mulheres negras brasileiras.

Rebecca Reichmann Tavares
Representante da ONU Mulheres para Brasil e Cone Sul



Apresentação SPM

Esta quarta edição do *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* reafirma o comprometimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com a superação das desigualdades ainda existentes em nosso país.

A constatação de que as desigualdades de gênero e raça constituem um importante fator de agravamento das condições de precariedade e exclusão em que vive uma grande parcela da população envolve o Estado e a sociedade brasileira no desafio de combatê-las.

Nesse sentido, percebe-se como fundamental estimular e viabilizar a produção de informações e dados estatísticos confiáveis sobre tais questões, bem como colocá-los à disposição dos órgãos da administração pública e da sociedade brasileira em geral. É com o intuito de contribuir para a produção e difusão destes dados que a SPM se associa ao Ipea, à ONU Mulheres e à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) nesta publicação.

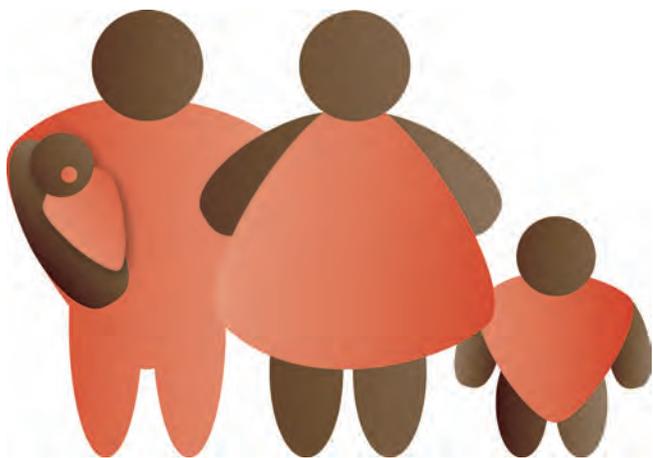
O compromisso da SPM com as mulheres brasileiras passa pela implementação de políticas públicas efetivas orientadas pelo conhecimento construído a partir da nossa realidade social. Isto porque na frieza dos dados apontados pelos indicadores pode-se provar, de modo irrefutável, aquilo que as mulheres vêm, historicamente, vivendo em seu dia a dia. Desse modo, as informações aqui apresentadas constituem importante subsídio para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça e para a promoção dos direitos e da autonomia das mulheres brasileiras.

A SPM, consciente desses problemas, estabeleceu como prioridade para os próximos anos o fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, além do combate aos desníveis econômicos e à pobreza, que tanto afetam as mulheres em nosso país.

Reafirmamos tal compromisso especialmente em 2011, ano da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a qual tem o objetivo específico de discutir e elaborar políticas públicas voltadas à consolidação da autonomia das mulheres nos níveis econômico e social. As conferências para as mulheres são importantes espaços para o estabelecimento do diálogo entre a sociedade civil e o poder público, e o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* se torna uma ferramenta essencial para qualificar o debate que contribuirá para a institucionalização das políticas públicas orientadas para as mulheres, consolidando os avanços e estabelecendo novas conquistas.

Agradecemos a todas e a todos que possibilitaram a execução deste trabalho e assumiram a tarefa de realizar mais uma edição do *Retrato*. Trata-se de uma imensa contribuição no combate às desigualdades de gênero e raça e na construção de um país com igualdade e autonomia para todas e todos.

Iriny Lopes
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
Presidência da República



Apresentação Seppir

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) foi criada pelo governo federal no dia 21 de março de 2003. Sua criação simbolizou o reconhecimento do pleito dos movimentos sociais negros com relação à necessidade de uma institucionalidade própria para a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes governamentais para a promoção da igualdade racial.

A missão da SEPPIR/PR está alinhada com o objetivo principal da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Decreto nº 4.886/2003, que é reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra. O papel da Secretaria na concretização deste objetivo é o de atuar como órgão de coordenação para que a promoção da igualdade racial seja uma premissa de todo o Estado brasileiro. Para isso a SEPPIR/PR realiza intensa articulação com outros ministérios, com os estados e municípios, e com a sociedade civil.

Sendo 2011 o Ano Internacional dos Afrodescendentes, a SEPPIR/PR reforça sua atuação com a campanha Igualdade Racial é pra Valer. Ademais, convém destacar a recente inclusão da temática do enfrentamento ao racismo na proposta do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 que o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional. Na proposta do PPA 2012-2015, a questão racial é apresentada no Programa Temático Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, no qual constam dez objetivos, 25 metas e 36 iniciativas governamentais. Outros enunciados envolvendo a questão racial se encontram presentes em outros 18 programas temáticos do plano em diversas áreas, tais como segurança pública, cultura, educação e saúde.

Nos últimos oito anos, desde a criação da Secretaria, houve uma série de avanços no tocante à questão racial no Brasil, entre os quais se destacam os esforços empreendidos para o desenvolvimento de metodologias de produção de dados e indicadores que permitem desmontar o mito da democracia racial brasileira. Outra função importante das informações desenvolvidas sobre a questão racial é o de desnaturalizar a coincidência que equivocadamente se apresenta entre desigualdades sociais e desigualdades raciais, concebendo-se a questão racial como um mero subproduto da desigualdade socioeconômica.

Uma das frentes centrais de atuação da Secretaria é, portanto, buscar oferecer as evidências que permitem orientar o Estado a saber por que e como enfrentar as desigualdades raciais nos variados âmbitos das políticas públicas. A formulação, ou reformulação, destas políticas parte da análise de dados estratégicos para a compreensão da dinâmica das relações sociais na perspectiva de gênero e raça no país, e o reconhecimento da discriminação racial como mecanismo que restringe o acesso a oportunidades na sociedade brasileira.

O *Retrato das Desigualdades*, que chega à sua quarta edição, cumpre um papel majestoso ao lançar luz sobre o quadro tão desigual em desfavor das condições de vida da população negra e feminina brasileira. Este trabalho é fruto de esforço conjunto envolvendo SEPPIR/PR, Ipea, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e ONU Mulheres.

Esta publicação constrói bases para o reconhecimento do racismo como determinação social das desigualdades raciais, possibilitando seu melhor enfrentamento em todas as dimensões, bem como a formulação e o direcionamento da política pública com fito na promoção da igualdade racial.

Luiza Helena De Bairros
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Presidência da República



Blocos temáticos





Branco/as



Negro/as



Outros/as

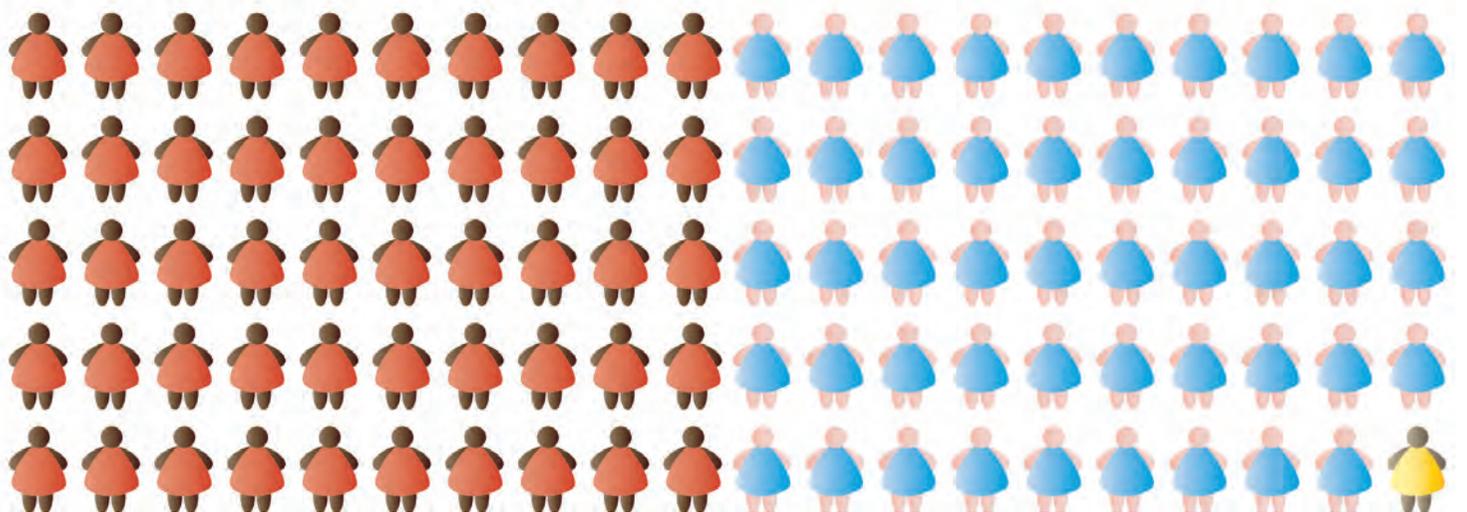
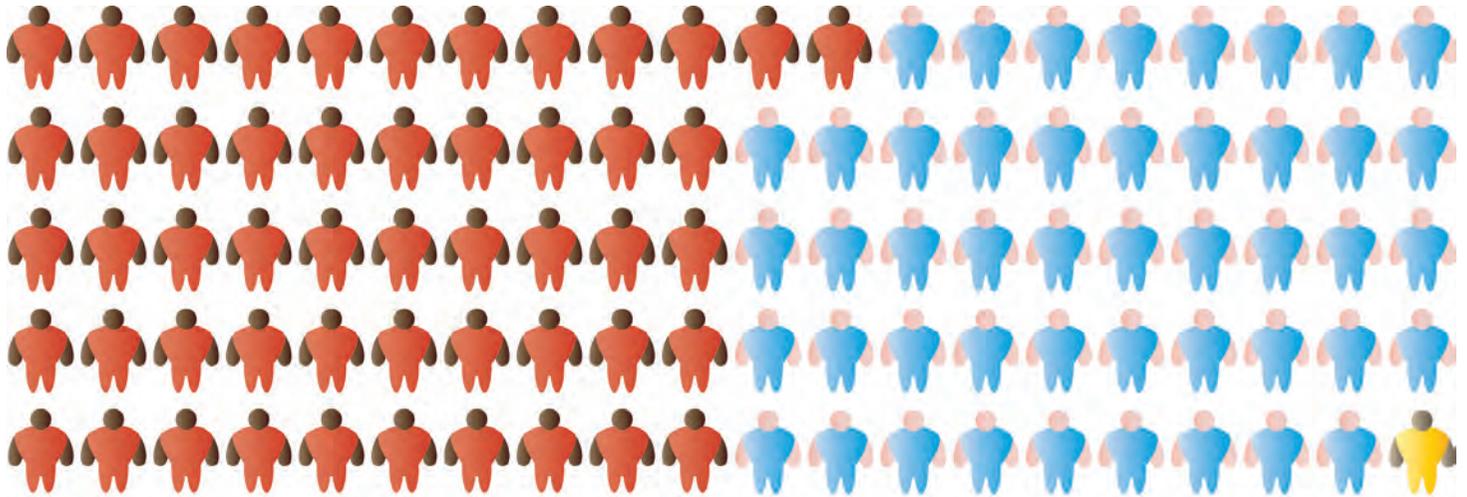


Todos/as



População

Distribuição percentual da população segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



O bloco sobre a população disponibiliza dados acerca da demografia brasileira entre 1995 e 2009, com informações sobre a distribuição da população residente no país segundo sexo, cor/raça, Unidade da Federação, regiões, localização do domicílio, faixa etária e sobre a feminilidade da população de 60 anos ou mais. É importante ressaltar que é o único bloco desta publicação que desagrega o contingente da população negra, composta por pretos e pardos, com o objetivo de destacar as desigualdades demográficas – o que não é possível nos demais blocos em função do universo amostral. Os indicadores aqui apresentados são essenciais para compreender as mudanças sociais ocorridas no país nos últimos anos e para instrumentalizar os gestores na formulação de políticas públicas.

Em 2009, o Brasil registrou mais de 191 milhões de residentes, um aumento de 26% se comparado à população em 1995. Embora o crescimento tenha sido significativo, ele ocorreu desigualmente entre as diferentes faixas etárias. As taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem indicam que a população brasileira vem envelhecendo. Em 1995, 8,3% da população tinham 60 anos ou mais e, em 2009, este percentual subiu para 11,3%.

As informações tabulares também mostram diferenças na expectativa de vida entre brancos e pretos. Isto se reflete, por exemplo, na faixa etária da população masculina idosa. Em 1995, o percentual de homens brancos com mais de 60 anos era de 8,5% da população masculina branca e, em 2009, passou para 11,7%; já o percentual de homens pretos da mesma faixa etária passou de 9,9% para 10,8% da população masculina preta.

Outro dado relevante, que consolida a tendência identificada nos últimos anos, é o aumento proporcional da população negra (preta e parda) no país. Em 1995, 44,9% dos brasileiros declaravam-se negros e, em 2009, este percentual subiu para 51,1%; enquanto a população de brancos caiu de 54,5% para 48,2% no mesmo período. Em 2009, entre os homens, o percentual de brancos é de 47%, e o de negros, 52%; por sua vez, o percentual entre mulheres brancas e negras é de 49,3% e 49,9%, respectivamente. Entretanto, evidências mostram que este aumento populacional não ocorre

em razão do aumento da taxa de fecundidade da população negra, mas pela mudança na forma como as pessoas se veem, as quais passam a se autodeclarar como pertencentes a tais grupos de cor/raça.¹

A população feminina representava 51,3% da população brasileira no ano de 2009. Entretanto, esta proporção varia conforme as diferentes faixas de idade. Entre crianças de até seis anos de idade, 48% são do sexo feminino. Já entre os idosos, as mulheres correspondem a 56% da população, e, em números absolutos, a quantidade de mulheres é 26% maior que a população masculina da mesma faixa etária.

Entre as mulheres, a evolução da proporção do número de idosos na população branca e preta ocorre de forma desigual. Em 1995, mulheres brancas com 60 anos ou mais correspondiam a 10,1% da população feminina branca e, em 2009, esse percentual passou para 14,2%. Já as mulheres pretas com mais de 60 anos representavam 12,0% da população feminina preta em 1995 e, em 2009, passaram a representar 12,9%. Entretanto, é essencial ter em vista que, no período analisado, a população feminina preta teve aumento significativo em todas as faixas etárias de modo que o percentual de mulheres de 60 anos ou mais permaneceu baixo, pois, em termos absolutos, a população feminina preta de 60 anos ou mais aumentou em mais de 90% entre 1995 e 2009.

Os dados disponibilizados oferecem informações estruturais para a análise da evolução da composição da sociedade brasileira nos últimos anos. Por meio de sua interpretação, e em conjunto com os demais blocos, é possível observar importantes mudanças e tendências sociais.

1. Soares, S. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: Theodoro, M. (Org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

Chefia de família

Número de famílias formadas por casais com filhos e chefiadas por mulheres. Brasil, 1999 e 2009.

Legenda

Cada janela corresponde a:



Esta nova edição do *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* traz, mais uma vez, os dados sobre chefia de família no Brasil.² Além de informações como o número absoluto e as proporções de famílias chefiadas por homens e mulheres segundo cor/raça entre os anos de 1995 e 2009, este bloco apresenta a distribuição das famílias chefiadas por mulheres e homens de acordo com as seguintes características: renda familiar *per capita*, localização dos domicílios – urbano ou rural – e, ainda, os tipos de arranjo familiar. Da mesma forma, acrescenta a distribuição das famílias chefiadas por homens e mulheres segundo características do/a próprio/a chefe, como idade, anos de estudo, condição de atividade e ocupação, entre outros dados.

Ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais (p.p.). Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009. Isto significa que temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Apesar de não se saber quais os critérios adotados pelas famílias para identificarem quem é o/a chefe, este aumento certamente indica mudanças no padrão de comportamento das famílias brasileiras.

O aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno tipicamente urbano, apesar de, embora com uma intensidade menor, também estar presente no meio rural. Ao longo do período analisado, houve um aumento de 13 p.p. na proporção de mulheres chefes de famílias nas cidades – passando de 24,8%, em 1995, para 37,8%, em 2009; ao passo que, no campo, o aumento foi de aproximadamente 5 p.p., sendo a proporção de famílias no campo chefiadas por mulheres em 2009 – 19,9% – inferior à proporção de mulheres chefes de famílias que viviam na cidade no ano de 1995.

Para tentar compreender melhor o que significa o aumento da chefia por mulheres, é importante perceber em que tipos de famílias estas mulheres estão. No ano de 1995, 68,8% delas estavam em famílias monoparentais (mulher com filhos/as) e apenas 2,8% em famílias formadas por casais – seja com ou sem filhos/as. Já em 2009, 26,1% das

2. Ainda que o IBGE trabalhe, em seu questionário na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com o termo “pessoa de referência”, optou-se aqui por utilizar o termo chefia de família em função de sua recorrência e permanência no debate público.

mulheres chefes participavam de famílias formadas por casais, e 49,4%, de famílias monoparentais. Ou seja, houve um aumento considerável – mais de nove vezes – no número de mulheres identificadas como chefes nas famílias formadas por casais. Esse dado sugere novos tipos de padrões de comportamento dentro das famílias e uma possível ampliação da autonomia das mulheres.

De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar *per capita* média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos.

Com relação à condição de atividade, os dados também são distintos : 41% das mulheres chefes de família são inativas,³ e este percentual para os homens chefes de família é de somente 16%. Este dado pode sugerir que muitas das mulheres chefes de família são donas de casa, uma vez que, entre as pessoas consideradas inativas, estão as que se dedicam ao trabalho doméstico em suas próprias residências.

Outro dado que diferencia as famílias chefiadas por mulheres e homens é a faixa etária dos filhos, pois 46% das famílias chefiadas por mulheres têm filhos com 15 anos ou mais, ao passo que este percentual é de 38% nas famílias chefiadas por homens.

Os dados sobre chefia de família, ao mesmo tempo em que atestam o aumento das mulheres em uma posição predominantemente masculina, reproduzem algumas das desigualdades encontradas em outras esferas da sociedade. Em todo caso, são dados que convidam a uma análise mais profunda, uma vez que refletem as transformações dos papéis sociais desempenhados por mulheres e homens.

3. Pessoas inativas são as que não estavam ocupadas e não procuraram trabalho. Entre elas podemos citar as/os donas/os de casa, as/os aposentadas/os e pensionistas, pessoas incapacitadas para o trabalho e estudantes.

Educação

Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.

O bloco que ora se apresenta disponibiliza ao público um recorte histórico de indicadores da educação brasileira que compreende o período de 1995-2009. Proporciona-se uma visão panorâmica sobre a média de anos de estudos, o analfabetismo, a cobertura escolar de crianças e jovens, a taxa de escolarização líquida e a taxa de distorção idade-série. Com o objetivo de permitir a formulação de análises fidedignas dos avanços e desafios no campo da educação no Brasil, o *Retrato das Desigualdades* disponibiliza dados que iluminam os caminhos das investigações sobre a constituição e desmonte da teia das desigualdades raciais, de gênero, geracionais, regionais e locais no país.

Ao longo dos anos, identificam-se avanços graduais nos números da educação no país; contudo, observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente,



da população negra, de nordestinos e da população rural na educação. Como demonstrou a 3ª edição do *Retrato das Desigualdades*, em grande parte dos indicadores educacionais, as mulheres se sobressaem aos homens. No entanto, o tema de gênero não está resolvido nesta área, sobretudo, porque muitos são os desafios marcados pelo sexismo enfrentado pelas mulheres nos bancos escolares e na carreira acadêmica, com atenção especial à situação das mulheres negras, que estão em desvantagem em relação às mulheres brancas e homens brancos em todos os indicadores.

Em 1995, 15,5% da população com 15 anos ou mais de idade não sabia ler nem escrever; este percentual caiu para 9,7% em 2009. No entanto, neste mesmo ano, encontram-se, na região Nordeste, 20,5% de negros em situação de analfabetismo, contra 14,2% dos brancos. Na área rural nordestina, identifica-se que 32,6% das pessoas não tiveram acesso à educação formal.

Observa-se que a média de anos de estudos da população com 15 anos ou mais de idade aumentou de 5,5 anos, em 1995, para 7,5 anos, em 2009, representando um aumento de 2 anos no período. Considerando-se a população negra, identifica-se um aumento de 2,4 anos no mesmo intervalo, o que não representa ainda o rompimento das desigualdades: em 2009, os/as negros/as tinham 6,7 anos de estudos, contra 8,4 anos da população branca.

Ao longo dos 14 anos apresentados na série, observa-se uma diminuição de 14,5 pontos no percentual de pessoas ocupadas com 16 anos ou mais que possuem apenas entre 1 e 4 anos de estudo e um aumento acima desta proporção de pessoas com 9 a 11 anos de estudo. Em 2009, 65,5% de mulheres ocupadas, com 16 anos ou mais, tinham pelo menos 9 anos de estudo, contra apenas 48,7% das mulheres negras. Há um fosso a ser superado que combina gênero, raça e educação formal.

No geral, a cobertura escolar – que representa o percentual de pessoas que frequenta escola ou creche – aumentou, passando de 54,7%, em 1995, para 64,5%, em 2009, ficando, ainda, aquém da demanda. O grande desafio parece ser a educação infantil. Observa-se que, embora nesses 14 anos, a

cobertura na idade de 0 a 3 anos tenha mais que duplicado, saindo de 7,6%, em 1995, e alcançando 18,4%, em 2009, ela não conseguiu atingir a metade da meta prevista no Plano Nacional de Educação, que era de 50% até 2010. Os números são ainda mais incipientes na zona rural, onde há uma cobertura de apenas 8,9%. Considerando-se as desigualdades raciais, em 2009, 20,2% das crianças brancas entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches, contra apenas 16,7% de crianças negras.

Observa-se que a distorção idade-série aumenta de acordo com o avançar das séries e o nível de ensino. No entanto, identifica-se que, entre 1995–2006, houve um decréscimo de 42% para 20,8% na distorção idade-série de 1ª a 4ª série. Em 2007, este percentual atingiu 23,4%, chegando a 23,7% em 2009. Tanto no ensino fundamental como no ensino médio, observa-se a maior distorção idade-série entre crianças e jovens negros do sexo masculino. No ensino médio, a taxa de distorção idade série atinge 41,0% dos jovens negros, contra 26,9% dos jovens brancos. No entanto, atinge 38,2% das jovens negras, contra 24,1% das mulheres brancas.

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior – que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade – era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área, no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros/as explicam a discrepância dos dados.

Embora, identifiquem-se avanços em muitos dos indicadores disponibilizados nesta 4ª edição do *Retrato das Desigualdades*, alguns desafios históricos se apresentam no caminho do cumprimento do 2º Objetivo do Milênio, que é “garantir educação básica de qualidade para todos”.

Saúde

Mulheres com 40 anos ou mais de idade, segundo realização de exame clínico de mamas e localização do domicílio. Brasil, 2008.

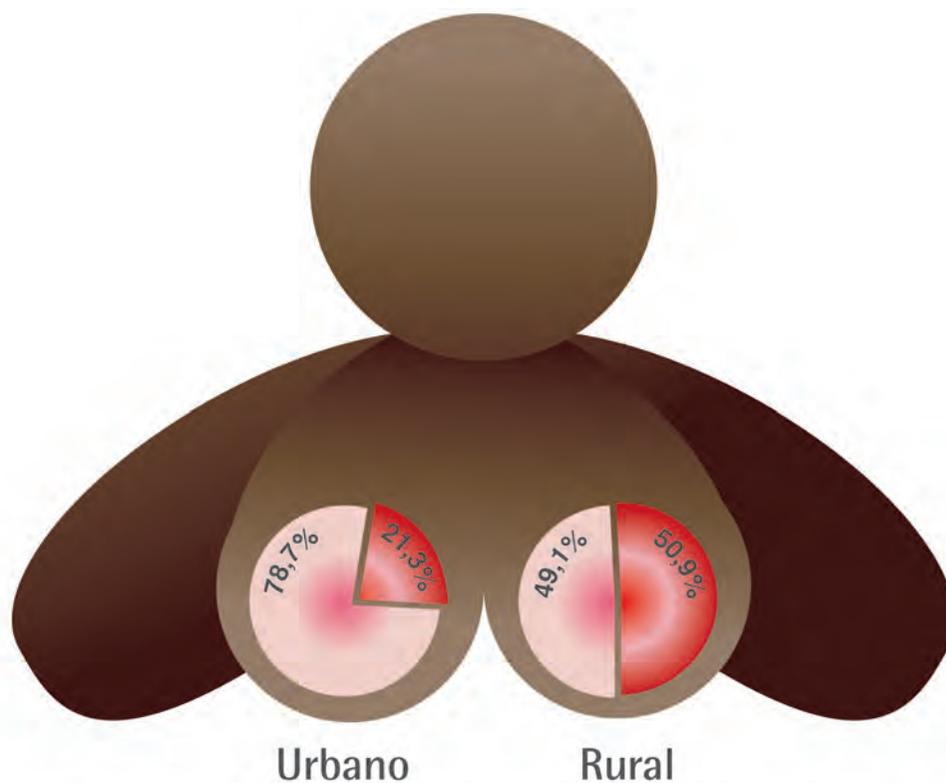
Legenda



mulheres que realizaram o exame



mulheres que NUNCA realizaram o exame



Neste bloco são apresentadas informações sobre saúde da população brasileira, obtidas a partir dos suplementos de saúde da PNAD, que são levados a campo com uma periodicidade de cinco anos. Desde 1998, quando foi a campo pela primeira vez, já foram realizadas mais duas rodadas do estudo, em 2003 e em 2008. Esta 4ª edição do *Retrato das Desigualdades* traz indicadores sobre acesso e utilização de serviços de saúde, realização de mamografia e exame preventivo para câncer do colo do útero; assistência odontológica; além de novas informações relacionadas aos domicílios cadastrados no Programa de Saúde da Família, à realização de cirurgia para retirada do útero, à mobilidade física e aos fatores de risco e proteção à saúde da população (atividade física, tabagismo, trânsito e violência).

Em 2008, a proporção da população brasileira atendida no sistema de saúde, que engloba serviços públicos e privados, foi de 96,2%, índice que alcança 97,3%, ao se tratar da população branca, e 95,0% quando se refere à população negra. No que diz respeito especificamente aos atendimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a população negra representa 67%, e a branca, 47,2% do público total atendido. Da mesma forma, a maior parte dos atendimentos se concentra em usuários/as com faixa de renda entre um quarto e meio salário mínimo, distribuições que evidenciam que a população de mais baixa renda e a população negra são, de fato, SUS-dependentes.

Já em relação aos planos de saúde, situação contrária pode ser percebida. Em 2008, 34,9% da população branca e reduzidos 17,2% da população negra contavam com acesso a plano de saúde privado, percentual que, apesar de crescente nos últimos anos, mantém as desigualdades raciais verificadas. Os planos de saúde tendem a ofertar uma maior rapidez no atendimento, o que, em alguns casos, como em atendimentos de urgência e emergência ou cirurgias, pode ser determinante para a integridade da pessoa após a ocorrência do agravo. Assim, o acesso à rede privada de saúde não significa, muitas vezes, melhor qualidade de atendimento; no entanto, ainda oferece à população, em alguns segmentos da saúde, opções de cuidados mais rápidos, que são determinantes na recuperação e na qualidade de vida.

A mesma lógica da pronta disponibilidade do equipamento público com boa qualidade investigativa se vale para a oferta

de exames preventivos; porém, no caso de saúde da mulher, a oferta ainda é precária e revela a permanência da desigualdade de acesso entre mulheres brancas e negras, entre aquelas residentes nas áreas urbanas e rurais e entre as regiões mais pobres do país, como a Norte e Nordeste, onde se situa a maior parte da população vivendo abaixo da linha de extrema pobreza. O percentual de mulheres brancas de 40 anos ou mais que, em 2008, havia realizado exame clínico de mamas, no período inferior a um ano, foi de 45,1%, e, para aquelas que realizaram mamografia, foi de 40,2%. Já para as mulheres negras na mesma faixa etária, este percentual foi de 33,1% e 28,7%, respectivamente. Esta diferença no acesso aos procedimentos é ainda mais significativa entre as mulheres de 40 anos ou mais da zona rural, pois 50,9% nunca fizeram o exame clínico de mamas e 60,6% nunca realizaram uma mamografia, enquanto, na zona urbana, 21,3% não realizaram exame clínico e 28,7 não realizaram mamografia.

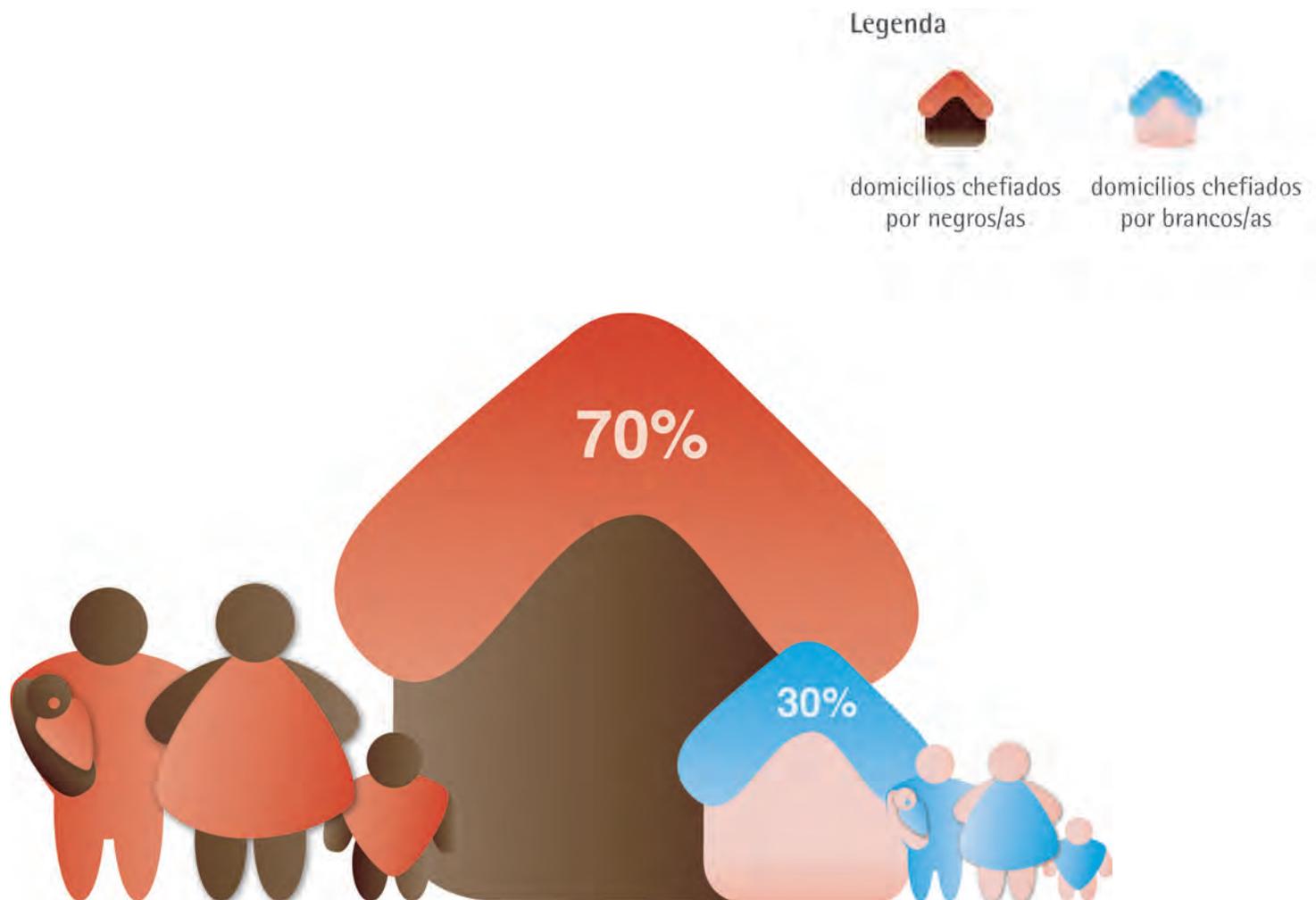
Frente a estes indicadores e considerando que estes exames são cruciais para a prevenção e diagnóstico precoce dos tipos de cânceres que mais acometem a população feminina, bem como que existe a recomendação de que as mulheres com 40 anos ou mais de idade realizem o exame clínico de mamas uma vez ao ano, estas mulheres que não conseguem realizar ações de promoção da saúde provavelmente sofrerão os impactos ainda mais significativos em sua vida, prejudicando toda sua organização social, pois, sem prevenção, os estágios de diagnósticos tardios de cânceres demandam intervenções mais invasivas, como a retirada completa das mamas e histerectomia, além de protocolos de quimioterapias e radioterapias.

Os indicadores de saúde, quando cruzados com as características socioeconômicas, revelam a importante relação entre saúde, seus determinantes sociais e a organização do sistema de saúde. A compreensão deste conjunto é fundamental para instrumentalizar a elaboração de políticas e programas voltados para o combate às desigualdades, principalmente na saúde, onde se busca construir um SUS equitativo no acesso e pautado na integralidade da saúde. A boa qualidade de saúde gera condições para a inserção dos sujeitos nas diferentes esferas da sociedade de maneira digna e decente e consolida sua autonomia e cidadania.

Previdência e assistência social

Distribuição dos domicílios que recebem Bolsa Família, segundo cor/raça do/da chefe. Brasil, 2006.

Neste bloco, o *Retrato das Desigualdades* apresenta alguns dos principais indicadores de cobertura de previdência e assistência social pesquisados na PNAD. A previdência social é uma política que tem por objetivo repor a renda dos indivíduos nas situações em que eles perdem, temporária ou permanentemente, sua capacidade de trabalho. Já a assistência social enfrenta as situações de pobreza extrema e destituição de direitos. O acesso aos benefícios previdenciários está estreitamente relacionado com o histórico laboral



dos indivíduos, de forma que as desigualdades provocadas pelas discriminações de gênero e raça no mercado de trabalho se repetem no sistema previdenciário, sendo aliviadas em parte pela existência da previdência rural, que tem critérios diferenciados de acesso. Com relação aos dados apresentados, vale ressaltar que, no questionário básico da PNAD, as informações sobre pensões e aposentadorias previdenciárias e as pensões pagas pelo Benefício de Prestação Continuada aparecem agregadas. Com exceção das informações sobre os programas de transferência de renda, as quais aparecem separadamente nos anos de 2004 e 2006 na PNAD, os indicadores apresentados cobrem o período situado entre 1995 e 2009. Referem-se a: proporção da população idosa que recebe algum benefício, cobertura direta e indireta da previdência social; e proporção da população que contribui para a previdência privada.

No Brasil, a proporção de idosos – pessoas com 60 anos ou mais – que recebe algum benefício da previdência ou assistência social é uma das mais altas da América Latina. Em 2009, de acordo com a PNAD, 77,4% da população idosa recebiam algum benefício. No período analisado, chama atenção o fato de só as mulheres brancas terem apresentado evolução positiva neste indicador. Em 1995, 71,4% delas recebiam algum benefício previdenciário ou assistencial, passando para 75,4% em 2009. Homens brancos e negros e mulheres negras apresentaram praticamente o mesmo percentual nos dois anos considerados nesta análise. Isto se justifica pelo fato de só as mulheres brancas terem evoluído positivamente na proporção de população urbana que recebia o benefício, enquanto todos os outros grupos apresentaram uma ligeira queda. Por sua vez, no meio rural, onde a previdência não tem vínculo contributivo obrigatório, a proporção aumentou para todos os grupos. As mais beneficiadas foram as mulheres brancas, grupo este em que houve uma variação de 8,2 pontos percentuais (p.p.); seguido pelo dos homens negros, com 6,5 pontos; pelo das mulheres negras, com 5,2 pontos, e, finalmente, o dos homens brancos, com evolução de apenas 4,1 p.p. entre 1995 e 2009.

O nível de proteção social também é medido pela cobertura direta e indireta da previdência na população em idade

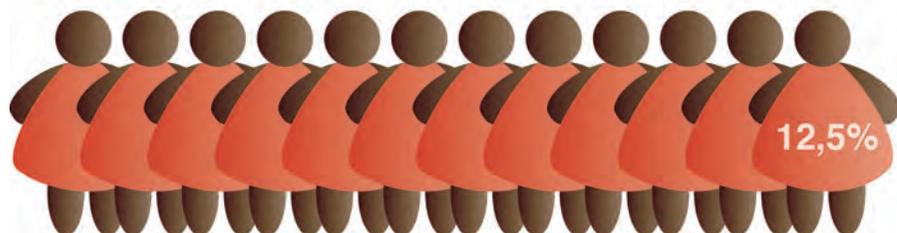
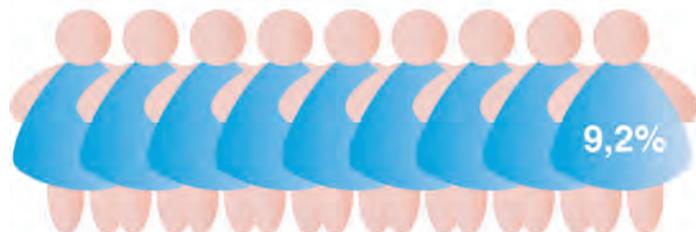
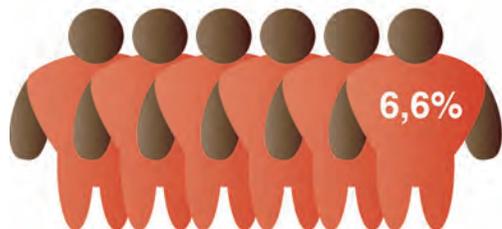
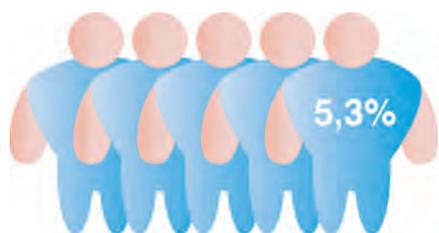
ativa, que contempla a força de trabalho potencial do país, com pessoas que tenham 10 anos ou mais. Esta cobertura considera tanto os contribuintes diretos da previdência pública, do funcionalismo público, os segurados especiais da previdência rural quanto seus cônjuges e dependentes. Exatamente por ser um dado mais sensível à situação do mercado de trabalho, reflete também as discriminações verificadas neste. Assim, o grupo que está em melhores condições são os homens brancos, com cobertura de 70,7%, em 2009, e as mulheres negras são as menos protegidas socialmente, com 56,0% de cobertura.

No que diz respeito ao pilar que corresponde à previdência complementar privada, os dados do *Retrato* mostram que – dadas as características do sistema brasileiro – esta é uma modalidade pouco acessada pela população brasileira. No total, apenas 3,6% da população contribuíam para este componente da previdência, sendo que, entre a população branca, o percentual era de 5%, e, entre a negra, de apenas 2,2%. Quando olhamos a distribuição percentual das pessoas que contribuem para a previdência privada por faixa de rendimento e por grupo social, observa-se que apenas para os homens brancos a maior concentração está entre os que recebem 10 salários mínimos ou mais, com percentual de 36,6%. Para mulheres brancas (34,5%), homens negros (37%) e mulheres negras (57,1%) contribuem mais à previdência privada as pessoas com rendimento de até três salários mínimos.

Como mencionado anteriormente, nesta edição do *Retrato* não há alteração nos dados relativos ao público atendido pela assistência social, já que as informações foram captadas pelos suplementos de 2004 e 2006 da PNAD. Ressalte-se o fato de a grande maioria dos domicílios que recebem benefícios assistenciais ser chefiada por negros/as. Neste sentido, em 2006, 70% dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negros/as. Ou seja, tanto os dados da assistência social, quanto os da previdência contribuem para dar visibilidade a uma realidade de discriminações por sexo e raça que reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas públicas.

Mercado de trabalho

Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Apesar das mudanças das últimas décadas, a inserção no mercado de trabalho segue sendo um fator central para a construção de identidade, a definição do padrão de sociabilidade e, sobretudo, para obter recursos que permitam suprir as necessidades básicas de forma autônoma. Para as mulheres, a conquista da autonomia econômica é condição essencial para que se possa projetar uma vida de autonomia plena. Para a população negra, o acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privação a que historicamente foi relegada. Com o objetivo de fornecer subsídios para ampliar o conhecimento sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, este bloco apresenta informações sobre a população

economicamente ativa, a taxa de participação, ocupação e desocupação, distribuição segundo posição na ocupação e setor de atividade, sindicalização e trabalho infantil.

A *taxa de participação* é o indicador que permite conhecer a quantidade de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho. Ainda que de 1995 a 2009 tenha havido um progressivo aumento da participação das mulheres, sua magnitude não permitiu alterar os padrões de desigualdade. Em 2009, a taxa de participação das mulheres com mais de 16 anos era de 58,9%, enquanto a dos homens era de 81,6%. Além disso, a disponibilidade não se reverte automaticamente em empregos, sendo necessário conhecer a realidade do desemprego, captada pela taxa de desocupação.

A *taxa de desocupação* – que mede a proporção de pessoas desempregadas, mas em busca de emprego – aponta um aumento do desemprego para homens e mulheres quando comparamos os intervalos de 1995 a 2009 (embora não seja uma evolução progressiva, mas descontínua, sendo que o ápice remete a 1999). A taxa de desocupação dos homens passou de cerca de 5%, em 1995, para, aproximadamente, 6%, em 2009, ao passo que, para as mulheres, o resultado variou de cerca de 7% para 11%, em relação aos mesmos intervalos considerados. O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%).

Além das informações sobre inserção quantitativa de homens, mulheres, negros/as e brancos/as no mercado de trabalho, é importante saber como se dá essa inserção qualitativamente, o que remete aos indicadores de posição na ocupação e distribuição por setor de atividade.

O indicador *posição na ocupação* permite identificar a distribuição dos trabalhadores segundo diferentes categorias de ocupação, sendo importante para uma análise que se volte para a qualidade dos postos de emprego ocupados por cada grupo. Para o período considerado, houve expansão do trabalho formal, com carteira assinada, que beneficiou homens e mulheres, embora ainda seja predomi-

nantemente um espaço masculino. Quando se combinam as desigualdades de gênero e raça, percebe-se que as diferenças se acentuam: enquanto, em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização (43% com carteira assinada), as mulheres negras apresentavam o pior (25% com carteira assinada).

Finalmente, a *distribuição por setor de atividade* é igualmente importante para qualificar o padrão de inserção da população no mercado. É possível verificar que o setor de serviços apresentou um aumento expressivo no período analisado, tanto para os homens, quanto para as mulheres ocupadas, embora seu detalhamento revele peculiaridades. Os dados evidenciam uma clara segmentação ocupacional, tanto relacionada ao gênero, quanto à raça. As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos). Já os homens, sobretudo os negros, estão sobrerrepresentados na construção civil (em 2009, este setor empregava cerca de 13% dos homens e menos de 1% das mulheres). O setor agrícola apresentou queda generalizada na oferta de empregos, mas segue sendo atividade relevante, especialmente para os homens e na região Nordeste. Já o nível de emprego na indústria manteve-se relativamente estável (com leve aumento), sobretudo no Sul e Sudeste, seguindo empregando mais homens, sobretudo brancos.

Essas considerações preliminares permitem concluir que as mulheres têm consolidado, ao longo das últimas décadas, sua participação no mercado de trabalho no Brasil, que deixa, aos poucos, de ser percebida como secundária ou intermitente. A inserção das mulheres nesta realidade é, no entanto, marcada por diferenças de gênero e raça. Além de estarem menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, ocupam espaços diferenciados, estando sobrerrepresentadas nos trabalhos precários. Ademais, a trajetória feminina rumo ao mercado de trabalho não significou a redivisão dos cuidados entre homens e mulheres, mesmo quando se trata de atividades remuneradas, o que pode ser percebido pela concentração de mulheres, especialmente negras, nos serviços sociais e domésticos.

Trabalho doméstico remunerado

Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, segundo cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.

Neste bloco, apresentamos, como em edições anteriores, dados da população ocupada em trabalho doméstico segundo sexo, cor/raça, localização do domicílio e faixa etária. Os números apontam para um quadro paradoxal de mudanças e permanências no perfil do trabalho doméstico no Brasil. De um lado, tem-se a diminuição do número de trabalhadoras domésticas em idade escolar e diminuição do percentual de trabalhadoras domésticas residindo no seu local de trabalho. De outro, a permanência das desigualdades entre homens e mulheres na inserção no mercado do trabalho doméstico e também das desigualdades raciais entre as trabalhadoras



domésticas, associadas à manutenção do quadro de precariedade e de desproteção do trabalho doméstico.

A porcentagem relativa de homens e mulheres no trabalho doméstico remunerado em relação ao universo total de ocupados manteve-se estável no Brasil. O contingente de mulheres dedicadas ao trabalho doméstico remunerado, 17,1%, em 2009, permanece expressivamente superior ao total de homens: 1,0% no mesmo ano. As desigualdades raciais também se mantiveram inalteradas: em 2009, 12,6% das mulheres brancas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, enquanto 21,8% das mulheres negras desempenhavam a mesma função. As diferenças regionais também merecem destaque: os percentuais de trabalhadoras domésticas negras na população ocupada são relativamente mais altos nas regiões Sudeste (25,1%), Sul (24,5%) e Centro-Oeste (23,7%), que nas regiões Norte (18,5%) e Nordeste (18,4%).

A última edição do *Retrato das Desigualdades*, publicada em 2008, ressaltou a crescente diminuição de meninas e jovens ocupadas com o trabalho doméstico remunerado, evidenciando-se um contínuo e sustentando processo de envelhecimento da categoria. A tendência se confirma segundo os dados de 2009: do total de mulheres ocupadas em trabalho doméstico neste ano, 2,5% tinham entre 10 e 15 anos, e 2,6%, entre 16 e 17. Em 1995, eram 8,6% e 7,6%, respectivamente. No entanto, manteve-se inalterada a diferença de inserção de mulheres negras e brancas em idade escolar, indicando a permanência da desigualdade racial como um marcador estruturante da realidade do trabalho doméstico no Brasil. Em 2009, 4,1% das mulheres brancas de idade entre 10 e 17 anos estavam ocupadas em trabalho doméstico, enquanto 5,6% das mulheres negras desempenhavam a mesma função.

Outro dado alarmante apresentado neste bloco é a proporção de trabalhadoras domésticas sem renda própria no Brasil: 0,5% em 2009. O que este indicador nos sugere é que mais de 30 mil mulheres em todo o país têm trabalhado, nos dias de hoje, em condições análogas à de trabalho escravo. O enfrentamento desta situação, no caso do trabalho doméstico, é dificultado pela diferenciação constitucional estabelecida sobre a natureza, as condições e os direitos

do/a trabalhador/a doméstico/a em relação aos/às demais trabalhadores/as brasileiros/as, a qual impede a fiscalização, desestimula a formalização e dificulta a organização desta categoria de trabalhadores/as.

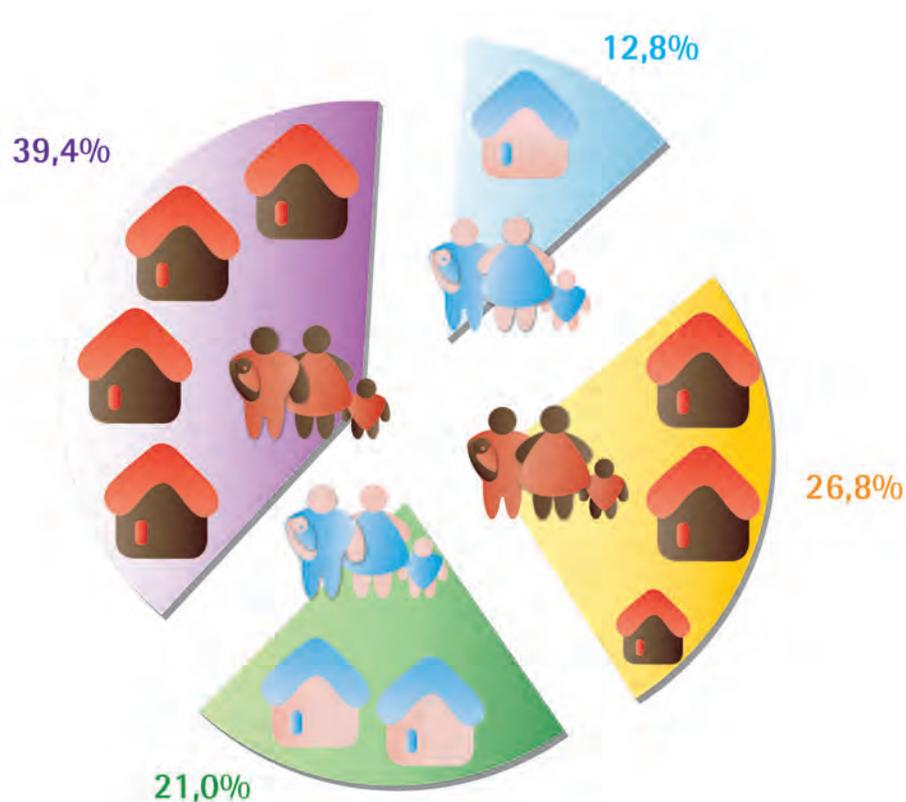
Merece destaque também a tendência de queda da proporção de trabalhadoras domésticas que residem no domicílio onde trabalham. Em 1995, 12% das trabalhadoras domésticas moravam em seus locais de trabalho. Em 2009, este percentual era de 2,7%. Aqui se observa também uma tendência de diminuição da diferença percentual entre mulheres negras e brancas. Para o grupo das mulheres brancas, a queda percentual, entre 1995 e 2009, é de 7,6 pontos percentuais (de 9,7% para 2,1%), enquanto, para as negras, a queda é de 10,6 pontos (de 13,7% para 3,1%).

A proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada se manteve praticamente inalterada com relação aos dados de 2007, registrando o percentual total de 26,4% em 2009. Manteve-se, também, a disparidade entre mulheres brancas (29,3% em 2009) e negras (24,6% no mesmo ano), reforçando o caráter estruturante da discriminação racial também neste campo. Vale ressaltar a expressiva diferença, no rendimento médio mensal de 2009, entre as trabalhadoras domésticas com e sem carteira assinada: aquelas que possuíam carteira assinada ganhavam, em média, R\$ 568,50 por mês – acima, portanto, do salário mínimo –, enquanto as que não possuíam tinham rendimento mensal de R\$ 321,10. É importante destacar que o rendimento médio das trabalhadoras domésticas permanece, em geral, abaixo do salário mínimo, mas a posse de carteira altera esta condição para a média da categoria.

A diferença de rendimento entre as trabalhadoras brancas e negras se manteve nos últimos 15 anos. Em 2009, trabalhadoras negras ganhavam, em média, R\$364,80, e trabalhadoras brancas, R\$421,60. No entanto, esta diferença é menor para o grupo de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, o que reforça a importância da formalização do trabalho doméstico remunerado, bem como da política de valorização do salário mínimo, como estratégias de enfrentamento às desigualdades raciais e de superação da pobreza.

Habitação e saneamento

Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do/da chefe. Brasil, 2009.



Legenda



domicílios chefiados
por homens negros



domicílios chefiados
por homens brancos



domicílios chefiados
por mulheres negras



domicílios chefiados
por mulheres brancas

Os indicadores selecionados para esta seção permitem construir um panorama sobre as condições de habitação e saneamento dos domicílios brasileiros. Essas questões materializam o caráter desigual da sociedade brasileira, explicitando as desigualdades sociais, de raça e de gênero. Neste bloco são disponibilizados dados sobre a quantidade e a distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo as características da/do chefe; sobre a proporção de domicílios urbanos e rurais com abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado e acesso à coleta de lixo, e ainda sobre a proporção de domicílios com adensamento excessivo⁴ e localizados em assentamentos subnormais.⁵ Esta seção traz também uma importante novidade: a inclusão de dados sobre os domicílios chefiados por trabalhadoras domésticas e suas condições de habitação e saneamento.

Em relação às condições de acesso da população aos serviços públicos essenciais, nota-se que ocorre um aumento gradual na proporção de domicílios com abastecimento adequado de água. O crescimento mais significativo no acesso ao serviço se verifica entre os domicílios de chefia negra. Em 1995, apenas 76,6% destes domicílios contavam com abastecimento de água adequado. Esta proporção chega a 90,1% em 2009. Ainda que significativo, este aumento não se equipara à cobertura do serviço entre a população branca (94,8% em 2009). A menor cobertura do serviço se dá, entretanto, em domicílios com trabalhadoras domésticas chefes ou cônjuges de cor/raça negra (88,5%), enquanto, nas casas chefiadas pelas trabalhadoras brancas, este número chega a 93,3%.

O serviço que oferece menor cobertura populacional é o de esgotamento sanitário, com um percentual de domicílios atendidos de apenas 68,9% em áreas urbanas. Quando se trata de domicílios rurais, a cobertura é ainda menor, não passando de 31,6% no ano de 2009. Não há diferenças significativas entre os domicílios chefiados por mulheres e por homens, no entanto, as diferenças referentes à raça/cor e à renda são visíveis. Enquanto entre a população branca em geral 77,1% dos domicílios contam com esgotamento sani-

tário adequado, apenas 60% da população negra dispõe do serviço. As disparidades se mantêm quando olhamos para os domicílios chefiados por mulheres brancas e negras. Entre as primeiras, a cobertura é de 78,4%, enquanto, entre as últimas, é de apenas 61,8%. Também aqui o aumento mais significativo na cobertura se deu entre os domicílios com chefes negros (12 e 9 pontos percentuais, respectivamente). Estes dados evidenciam que a questão do provimento de serviços sanitários básicos não se resume à situação de pobreza, tendo em vista que os piores indicadores se apresentam entre a população negra.

O adensamento excessivo é também um importante indicativo das condições habitacionais dos domicílios. Esta situação é mais comum em domicílios chefiados por homens do que naqueles chefiados por mulheres, no entanto, estas disparidades estão gradualmente diminuindo. Enquanto, no início da série acompanhada neste estudo (1995), a proporção de domicílios com adensamento excessivo era de 9,8%, para aqueles chefiados por homens, e de 6,2%, para os chefiados por mulheres, em 2009, esses números chegam a 4,5% e 4,3%, respectivamente. Tal padrão pode estar relacionado ao tipo de chefia característica de cada um dos sexos. Ainda que as famílias chefiadas por homens tendam a ser mais numerosas e mais propensas ao adensamento excessivo, esta é uma realidade que está se modificando.

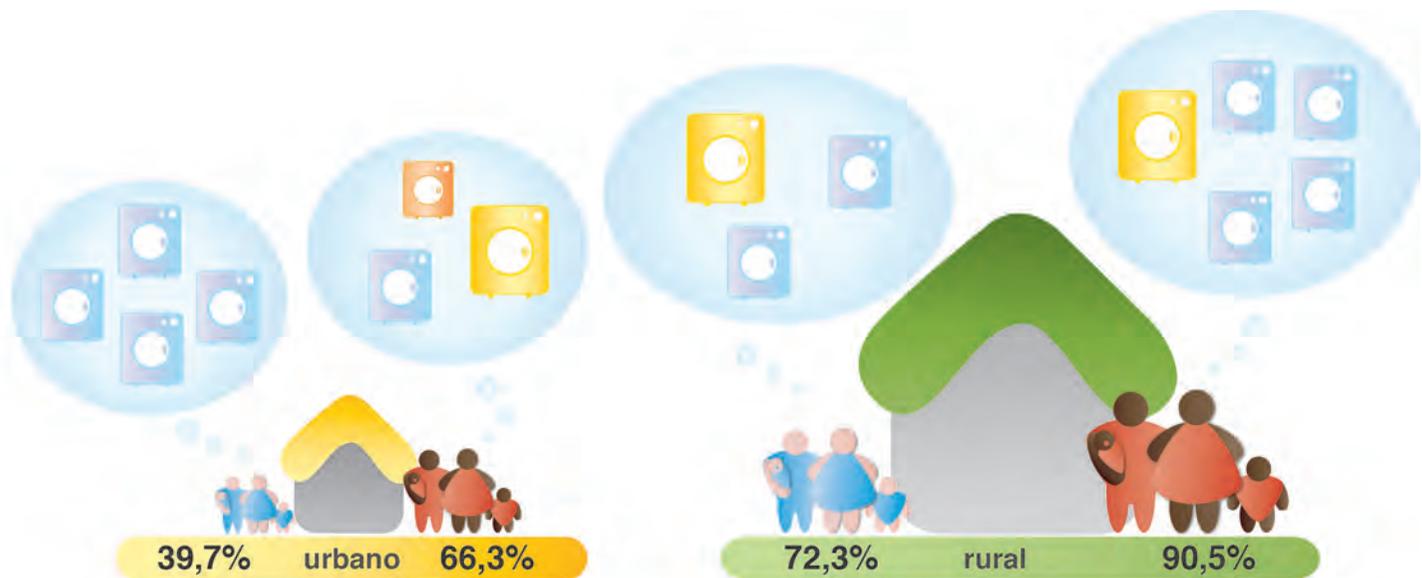
Ao tomar o conjunto de domicílios em assentamentos subnormais, observa-se que esta proporção se encontra estável no período considerado (em torno de 4%, o que corresponde a, aproximadamente, 2 milhões de domicílios). Destes, apenas 33,9% possuem chefia branca, e por volta de 66% apresentam chefia negra. Os dados mostram ainda que, enquanto o percentual de domicílios em assentamentos subnormais vem diminuindo para os chefes brancos, vem aumentando em especial para aqueles que apresentam chefia de mulheres negras (aumento de 11 pontos percentuais desde 1995). Os dados em geral indicam, portanto, uma significativa melhoria nas condições de habitabilidade dos domicílios ao longo dos últimos 15 anos. Entretanto, no que diz respeito aos assentamentos subnormais, a cada vez mais desigual proporção aponta para uma maior e crescente vulnerabilidade nas condições de habitação das famílias chefiadas principalmente por mulheres negras.

4. Um domicílio é considerado em situação de adensamento excessivo quando existem mais de três moradores por dormitório.

5. Assentamento subnormal corresponde a um conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

Acesso a bens duráveis e exclusão digital

Distribuição dos domicílios chefiados por mulheres que não possuem máquina de lavar roupas, segundo cor/raça da chefe e localização do domicílio. Brasil, 2009.



Legenda


domicílios chefiados por mulheres negras


domicílios chefiados por mulheres brancas


urbano


rural


50


10


5

Esta seção disponibiliza indicadores sobre acesso a bens duráveis e exclusão digital e permite realizar inferências sobre vários aspectos da vida da população e suas desigualdades: desde o uso do tempo – passível de liberação a partir da posse de alguns bens duráveis, como fogão, geladeira, máquina de lavar, veículo ou moto –, até o acesso à informação e comunicação, em função da posse de telefone fixo ou móvel, televisão, rádio, microcomputadores e acesso à internet.

Assistiu-se, nos últimos 15 anos, a uma melhora significativa do poder aquisitivo da população, em um primeiro momento, resultante da estabilização da economia em meados da década de 1990, e, nos anos 2000, devido a um esforço de política pública na direção da consolidação do mercado interno, mediante elevação da renda e da massa salarial, impulsionando-se, assim, o acesso aos bens duráveis pela população brasileira.

De 1995 até 2009, a proporção de domicílios que não possuíam geladeira passou de 25,2% para 6,6%; no caso do fogão, neste mesmo período, passa de 1,5 para 1,0%. Os 73,5% de domicílios sem máquina de lavar passam a 55,8% em 2009. No entanto, quando se desagregam os dados por localização do domicílio e por sexo e cor/raça do chefe de domicílio, as desigualdades sobressaem. Em 2009, enquanto 37,9% dos domicílios urbanos chefiados por brancas ou brancos não dispõem da máquina de lavar, esta proporção é de 91,2% para os domicílios rurais chefiados por negras ou negros. Ressalte-se que a posse de tais bens impacta fortemente na utilização do tempo pela mulher, sobre a qual, em geral, recai a responsabilidade pelas tarefas domésticas.

Quando se fala em proporção de domicílios que não possuem telefone fixo ou móvel, verifica-se uma importante redução, passando de 77,9%, em 1995, para 15,8% em 2009. No entanto, as desigualdades regionais e raciais são bastante relevantes. Em 2009, enquanto 29,4% dos domicílios do Nordeste não possuíam telefone, fixo ou móvel, esta proporção cai para 9,7% na região Sudeste, e para 8,4% na região Sul. A proporção de domicílios sem telefone chefiados por brancas ou brancos, em 2009, foi de 10,4%, enquanto, naqueles chefiados por negras ou negros, esta proporção sobe para 21,1% – mais que o dobro.

Outro conjunto importante de indicadores contidos nesta seção diz respeito ao acesso às tecnologias da informação e comunicação. Em que pese a redução verificada na proporção de domicílios que não possuíam microcomputador no Brasil – que passou de 87,6%, em 2001, para 65,4% em 2009 –, nota-se que as maiores quedas ficaram concentradas nas regiões Sul e Sudeste, e nas áreas urbanas em geral, ao passo que, nas regiões Norte e Nordeste e nas áreas rurais, a redução percebida na proporção de domicílios sem microcomputador, neste mesmo período, foi menor, tendo havido com isto um aprofundamento das desigualdades regionais quando se fala em acesso à infraestrutura necessária à inclusão digital.

Vale também destacar as desigualdades verificadas na proporção da população de 10 anos ou mais de idade que já acessou a internet de algum local. Em 2009, enquanto 46,8% da população urbana de 10 anos ou mais de idade já tinha acessado a internet, no meio rural, esta proporção reduz-se para 13,7%. Ao considerar-se a população negra residente em domicílios rurais, esta proporção reduz-se ainda mais – 10,4% em 2009. Para esta população, para a qual se verificam indicadores piores em todas as dimensões da vida sobre as quais esta publicação lança luz, adiciona-se a configuração de um "*apartheid* digital", cujo desdobramento é uma estrutural exclusão em campos diversos relacionados à vida social. Permanecem intocadas para esta população negra e residente em áreas rurais as formas de sociabilidade, cidadania e atuação na esfera pública, que, de outro modo, a partir do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, seriam impulsionadas e potencializadas.

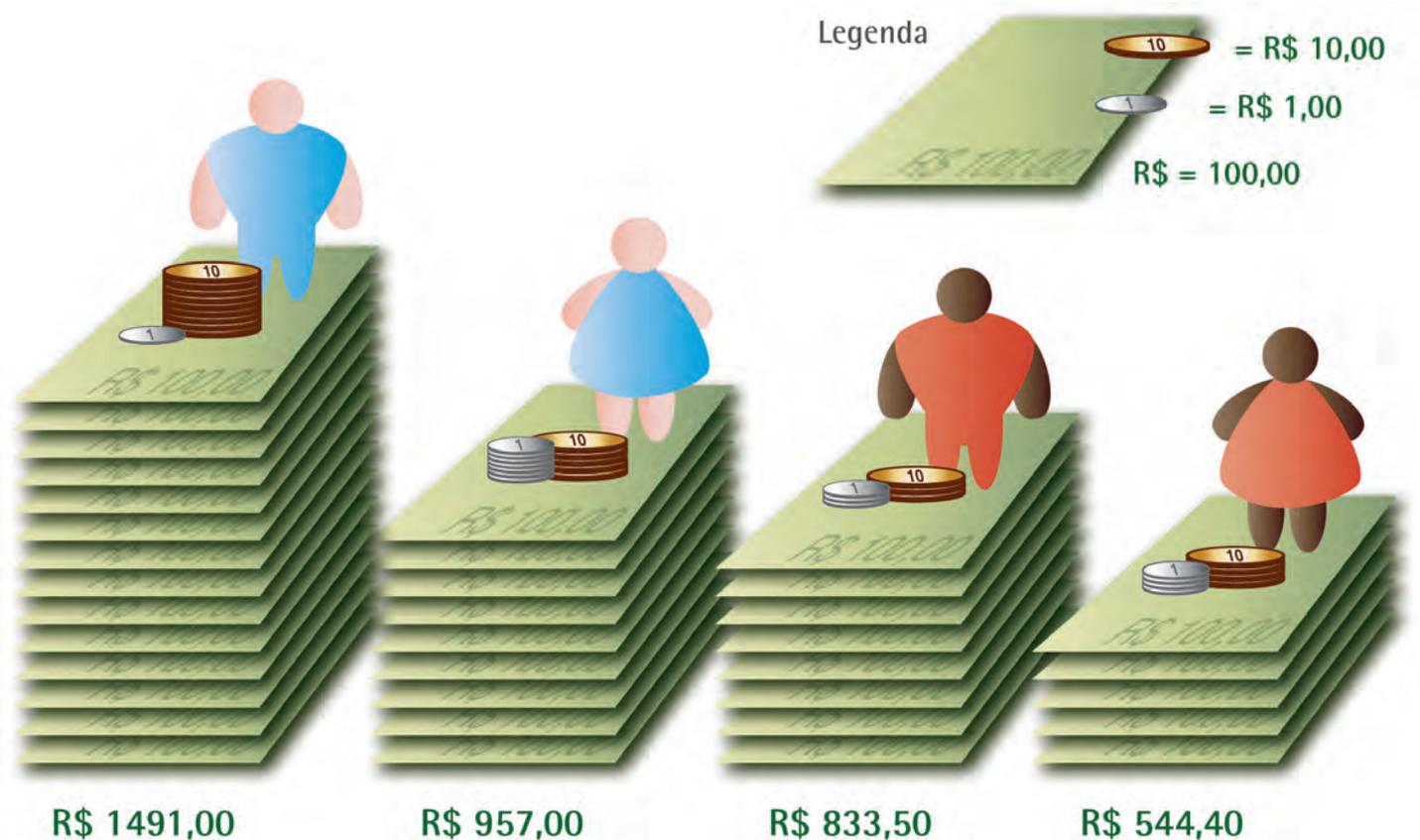
O mero provimento da infraestrutura, embora condição indispensável para o acesso à informação e ao conhecimento disponíveis, não implica necessariamente inclusão digital, pois instrução e conhecimentos mínimos são necessários para tanto. A redução das brechas digitais não será alcançada a partir do provimento do acesso se este não estiver acompanhado de um processo de formação de usuários, focado na orientação para o seu preparo e motivação, tendo por pano de fundo a compreensão e o dimensionamento da relação entre sujeito, informação, conhecimento e mediação tecnológica.

Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.

Neste bloco, os dados sobre renda e pobreza são apresentados segundo o rendimento médio do trabalho e de todas as fontes, com base na renda domiciliar *per capita* (RDPC), conforme décimos e centésimos de renda, ou, ainda, de acordo com linhas de pobreza baseadas no salário mínimo (SM). Em todas estas classificações, é possível acompanhar a redução da pobreza e das desigualdades entre 1995 e 2009, em que pesem as expressivas diferenças regionais, raciais e de gênero.

O rendimento médio (todas as fontes) aumentou de forma generalizada. Embora as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul e a zona urbana permaneçam com as maiores rendas *per capita*, o Nordeste e a zonal rural apresentaram taxas expressivas de crescimento neste indicador. O mesmo acontece ao considerarem-se os segmentos populacionais por cor ou raça. Conquanto a população negra tenha experimentado aumento



relativo da renda média *per capita* superior ao da população branca, a desigualdade permanece expressiva, pois se parte de patamares muito díspares. Os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%). A pirâmide social, esculpida pelas variáveis renda, sexo e raça, sofreu pequena alteração. Se, em 1995, os homens negros tinham rendimentos superiores aos das mulheres brancas, ao longo do tempo, passam a receber ligeiramente menos, tendência que se pronuncia a partir de 1999. Em 2009, a mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009).

A participação das mulheres na renda familiar tem aumentado gradativamente e passa a praticamente representar, na média, metade da renda familiar (45%). Isto se deve tanto ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho (a taxa de participação feminina cresceu 10% no período em análise), como à mudança no perfil dos arranjos familiares (em 2009, 35% das famílias eram chefiadas por mulheres, arranjo que se ampliou 54%, desde 1995).

Não se verificam diferenças raciais nem no percentual de participação feminina na renda familiar, nem no crescimento desta participação no período analisado. A exceção ocorre na região Sul, onde, embora as mulheres brancas e negras apresentem níveis de participação similares, a participação das mulheres brancas, que era inferior à das mulheres negras em 1995, cresceu a taxas bem maiores até 2009. A região Nordeste, por sua vez, experimentou o maior aumento proporcional na taxa de participação feminina na composição da renda familiar (31%).

Outro destaque é o incremento da participação dos negros nos decis superiores da distribuição de renda. Entre os 10% mais ricos, a participação da população negra, ainda que bastante inferior à branca, passou de cerca de 15%, em 1995, para aproximadamente 24% em 2009. Ainda assim, a

distribuição racial da riqueza é incontestável, e a população negra segue sub-representada entre os mais ricos e sobre-representada entre os mais pobres: em 2009, no primeiro décimo da distribuição (10% mais pobres da população), os negros correspondiam a 72%.

Além da pobreza, a desigualdade também foi reduzida nos últimos anos. O coeficiente de Gini, um dos indicadores mais usados para medir concentração de renda, varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (completa desigualdade). Nesse período, houve queda do índice em todas as regiões e para toda a população, independentemente de sexo, de cor ou raça. No entanto, a desigualdade é muito marcante e, em algumas regiões, ainda mais acentuada: o Nordeste e o Centro-Oeste apresentaram coeficientes de Gini (respectivamente 0,557 e 0,556) maiores que a média nacional (0,540). Entre os segmentos populacionais, há menor desigualdade entre os negros e a população rural.

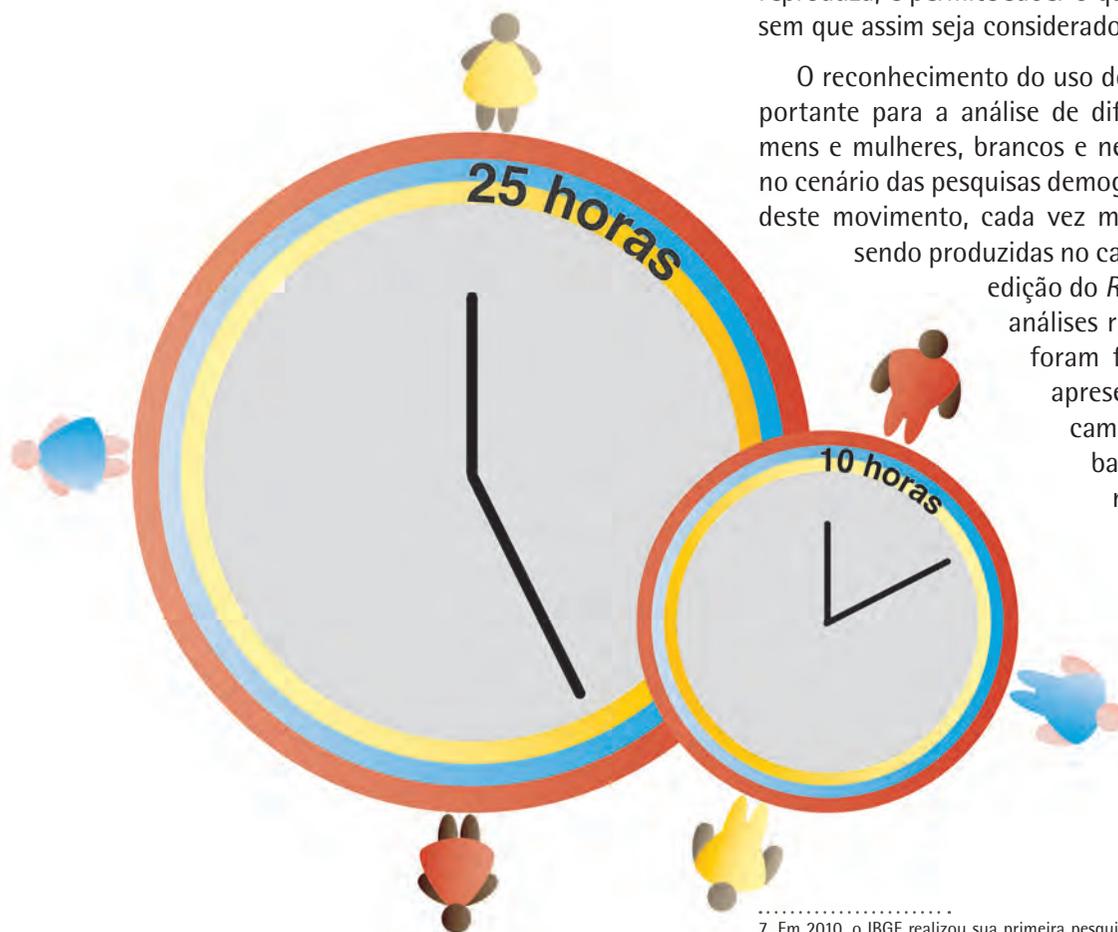
Nesta edição, além das faixas de renda relativas a metade e 1/4 de salário mínimo, empregadas nas edições anteriores do *Retrato das Desigualdades*, foram utilizados outros grupamentos, tomando-se por base a linha de extrema pobreza adotada pelo programa Brasil sem Miséria (BSM).⁶ Neste caso, consideram-se extremamente pobres, em 2009, aqueles cuja renda domiciliar *per capita* (RDPC) era inferior a R\$ 67,00; pobres, aqueles cuja renda situava-se entre R\$67,00 e R\$134,00; vulneráveis, se a renda fosse superior a R\$134,00 e menor que R\$465,00 (um salário mínimo nesse ano); e, por fim, não pobres os que dispunham de RDPC maior ou igual a um salário mínimo em 2009.

Em 2009, eram extremamente pobres 5,2% da população; no início deste século, esta situação era vivenciada por 10% dos brasileiros. Mais uma vez, as desigualdades são significativas: neste grupo, estão 7,2% dos negros e 3% dos brancos, cerca de 2% da população do Sul/Sudeste e 11% dos nordestinos. O perfil da população, segundo estas categorias de situação de pobreza, é apresentado por média de anos de estudos, taxa de atividade e desemprego, uso do tempo e duração da jornada de trabalho.

6. A linha de extrema pobreza estabelecida no BSM foi adotada com base nos limites de elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003 (R\$ 50,00 e R\$ 100,00). Assim, em valores atualizados e aproximados, é estipulada em 70,00 reais em 2010.

Uso do tempo

Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, pela população de 16 anos ou mais, segundo sexo. Brasil, 2009



O uso do tempo como dimensão de análise de desigualdades sociais diz respeito a aspectos da vida cotidiana que normalmente não se encontram nas demais estatísticas. Por exemplo, ao analisarem-se e computarem-se as horas da jornada de trabalho de uma pessoa, não é incluído o tempo do deslocamento de sua casa até o local de trabalho, nem são levadas em consideração com profundidade todas as atividades realizadas no âmbito doméstico para que este trabalho exercido no mercado seja possível. O estudo do uso do tempo possibilita, portanto, ter acesso a rotinas sociais muitas vezes ocultas, mas necessárias para que a vida social se produza e reproduza, e permite saber o quanto de trabalho é realizado sem que assim seja considerado e contabilizado.

O reconhecimento do uso do tempo como dimensão importante para a análise de diferenças sociais – entre homens e mulheres, brancos e negros – vem se fortalecendo no cenário das pesquisas demográficas brasileiras.⁷ Em razão deste movimento, cada vez mais, novas informações vêm sendo produzidas no campo do uso do tempo. Nesta

edição do *Retrato das Desigualdades*, as análises relacionadas a esta dimensão foram fortemente ampliadas, sendo apresentados dados como o deslocamento de casa ao local de trabalho; número de horas na jornada de trabalho principal; e número de horas dedicadas, em casa, aos afazeres domésticos, a partir do cruzamento com outras variáveis, como o número de filhos, condição de atividade e ocupação, posse de bens duráveis.

É principalmente em relação aos afazeres domésticos que essa dimen-

7. Em 2010, o IBGE realizou sua primeira pesquisa piloto sobre uso do tempo de caráter nacional. A pesquisa, que envolveu cinco Unidades da Federação (PA, PE, RS, RJ, SP e DF), 801 municípios e 50 mil domicílios, utilizava diários de uso do tempo, a serem preenchidos pela população e conferidos pelos entrevistadores. Na PNAD, desde 1996, vêm sendo gradualmente incluídos diversos aspectos relacionados a esta dimensão.

são contribui para revelar desigualdades significativas de gênero. Em 2009, 69,4% da população com mais de 10 anos e 70,8% da população com mais de 16 anos cuidavam dos afazeres domésticos. Praticamente não há diferença entre as populações branca e negra, mas ela é bastante significativa em relação aos sexos: 49,1% dos homens com mais de 10 anos declararam cuidar destes afazeres, em face de 88,2% das mulheres, resultado bastante semelhante ao da população com mais de 16 anos.

Na divisão do trabalho doméstico entre os sexos, percebe-se que, desde os cinco anos de idade, são as meninas e mulheres que recebem a atribuição da realização destes afazeres, situação intensificada a partir dos 10 anos de idade. No Brasil, em 2009, na população com idade entre 5 e 9 anos, 14,6% dos meninos cuidavam do trabalho doméstico, enquanto 24,3% das meninas tinham esta atribuição. Os meninos dedicavam em média 5,2 horas por semana a esta atividade, enquanto as meninas, 6,1. Na população entre 10 e 15 anos, no mesmo ano, os meninos dedicavam em média 10,2 horas por semana a este trabalho, enquanto as meninas, 25,1 horas.

Essas diferenças perduram ao longo da vida de homens e mulheres. Nos domicílios, conforme aumenta o número de filhos, menor é a proporção de homens que cuidam dos afazeres domésticos. Nas famílias com nenhum filho, 54,6% dos homens e 94% das mulheres se dedicam a estas atividades. Nos domicílios com cinco filhos ou mais, são apenas 38,8% dos homens, para 95,7% das mulheres cuidando destes afazeres. Esta diferença é ainda maior quando se considera a localização rural ou urbana do domicílio: 34,3% dos homens com cinco filhos moradores da zona rural realizam trabalho doméstico, enquanto 42,2% dos homens da zona urbana fazem o mesmo. Estes números revelam um dado interessante nos domicílios brasileiros: com até um filho, as famílias conseguem repartir um pouco melhor as atividades domésticas entre homens e mulheres. Mas, conforme o número de filhos aumenta, tende-se a reproduzir estruturas mais convencionais nesta distribuição de trabalho, e a mulher se responsabiliza mais pelo trabalho doméstico.

A desigualdade na responsabilização pelas tarefas domésticas é tão estruturante, que mesmo a posse de bens duráveis, os eletrodomésticos da chamada linha branca (fogão, geladeira e máquina de lavar), não interfere de forma decisiva da distribuição, nem no tempo gasto nos afazeres domésticos. Apenas a posse de máquina de lavar impacta o número de horas despendidas nesta atividade: as mulheres que a possuem dedicam 25,4 horas semanais, passando para 28,2 horas quando não têm acesso a este bem, e os homens, de 10,1 para 11,6 horas.

Em relação à renda, pode-se dizer que esse fator tem pouca relação com o número de horas dedicadas pelos homens aos afazeres domésticos. Mas, em relação ao tempo feminino, é o fator que exerce maior influência: 93% das mulheres ocupadas com até 1 salário mínimo se dedicam aos afazeres domésticos, em uma média de 25,2 horas por semana. Entre aquelas que recebem mais de 8 salários mínimos, 76,7% fazem o mesmo. Esta variação provavelmente se dá pela contratação de trabalho doméstico remunerado, exercido quase que exclusivamente por mulheres. Com o aumento da renda, ocorre, portanto, a delegação destes afazeres para outras mulheres.

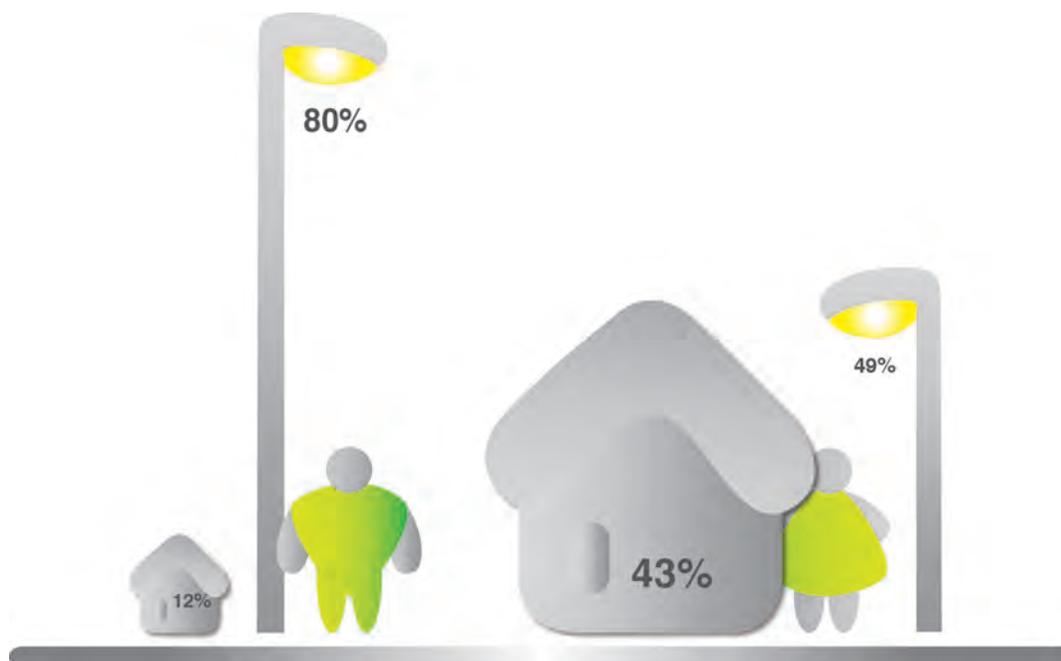
Isto é confirmado quando se verifica que, nos domicílios em que há trabalhadoras domésticas morando, 57% das mulheres se dedicam a estes afazeres, enquanto, nos domicílios sem estas trabalhadoras, são 89,9% das mulheres realizando estas atividades.

Todo esse tempo utilizado nos afazeres domésticos terá impacto na jornada total de trabalho – que considera a ocupação principal e o trabalho doméstico – de homens e mulheres. Embora a jornada semanal do trabalho principal seja maior para homens que para as mulheres – 42,9 e 35,6 horas, respectivamente –, em 2009, entre a população ocupada, os homens trabalhavam, incluindo a vida doméstica, 47,7 horas na semana, enquanto as mulheres trabalhavam 55,3 horas.

Portanto, o que este conjunto de dados sobre o uso do tempo indica é que a atribuição permanente do trabalho doméstico às mulheres, além de reservar a elas o reino da casa, representa uma sobrecarga de trabalho que elas terão de considerar se escolherem, ou necessitarem, trabalhar fora de suas casas. Trata-se, assim, de uma atribuição determinante no destino da vida social de homens e mulheres.

Vitimização

Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade, que foi vítima de agressão física, segundo sexo e local da agressão*. Brasil, 2009



A quarta edição de *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* traz, pela primeira vez, uma seção dedicada à apresentação e análise de indicadores relacionados aos níveis de vitimização da população brasileira. Esta novidade é resultado de informações levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um suplemento específico sobre o tema – *Suplemento de Vitimização e Acesso a Justiça* – na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, vinte anos após a primeira experiência do instituto com o tema.⁸ A partir deste levantamento, torna-se possível identificar importantes fenômenos no campo das desigualdades, relacionados especialmente à violência doméstica e à violência contra a população negra, temas ainda bastante carentes de informações sistemáticas e oficiais. Neste bloco, portanto, são apresentados indicadores que abarcam

8. Em 1988, o IBGE pesquisou, também como um suplemento PNAD, questões sobre justiça e vitimização em um módulo denominado *Participação Político-Social*.

*Os percentuais apresentados não somam 100% em função da categoria outros não ser aqui apresentada.

questões como a sensação de segurança da população e a vitimização por roubo, furto, tentativa de roubo e furto, e agressão física. Especificamente em relação à agressão, foram destacados também dados sobre os agressores e o local de agressão, bem como sobre procura da polícia e registro de queixa por parte das vítimas.

Em relação às ocorrências de roubo e furto, de modo geral, os homens enfrentam, proporcionalmente, mais este tipo de situação. Cerca de 4% deles foram vítimas de roubo e 4,5% de furto, no período de um ano, ao qual a pesquisa se referiu. Para as mulheres, estes valores são um pouco menores, alcançando 3,2% e 3,5% respectivamente. Estes dados confirmam a ideia de que a população masculina vivencia um tipo de violência praticado no espaço público, enquanto as mulheres, conforme se verá a seguir, enfrentam, com mais intensidade, a violência no espaço doméstico.

Não há diferenças significativas entre brancos e negros quando se trata de incidência de furtos e roubos, a não ser em algumas categorias específicas, como faixas de renda mais elevadas (6,6% dos negros com renda de 5 a 8 salários mínimos haviam sido vítimas de roubo, frente a 5,4% dos brancos) e população mais jovem (5% dos negros de 25 a 29 anos haviam sido roubados, contra 4,5% dos brancos). No entanto, as diferenças raciais aparecem claramente quando se analisa a proporção de pessoas que, sendo vítimas de roubo ou furto, procuraram a polícia. Mais da metade das vítimas de roubo (51,7%) não procuraram a polícia para denunciar a situação. Entre os brancos, esta proporção é menor (47,2%), e entre os negros, o valor supera a média nacional, alcançando 55,8% (e chegando a 61% entre negros do Nordeste). O mesmo se verifica entre as mulheres, pois enquanto 52% das brancas buscaram suporte policial, esta proporção se reduz para apenas 43% ao se considerar o conjunto de mulheres negras.

De modo geral, uma parcela pequena da população relatou ter sido vítima de agressão física em 2009: apenas 1,6% do total. Esta proporção não varia muito em relação à raça ou ao sexo, alcançando 1,3% dos brancos, 1,8% dos negros, 1,8% dos homens e 1,3% das mulheres. O detalhamento deste tipo de violência, contudo, evidencia importantes questões para uma análise a partir da perspectiva de gênero.

Especificamente em relação ao local em que ocorre a agressão física, é possível perceber que 80% dos homens que sofreram este tipo de violência a sofreram em um local público, enquanto apenas 12,2% foram agredidos em suas próprias residências. Em sentido oposto, 43,1% das mulheres vítimas de agressão física estavam em suas residências, ao passo que 49% estavam em lugares públicos. Estes dados apontam para uma possível quebra da sensação de segurança no espaço doméstico (ou da segurança propriamente dita), agravada quando se verifica quem são os autores desta agressão. Entre os homens, 46,4% dos autores eram pessoas desconhecidas, mas somente 2% eram cônjuges ou ex-cônjuges, e 5,7% eram parentes. Para 26% das mulheres, a violência era perpetrada por seus próprios companheiros ou ex-companheiros, e para 11,3%, por algum parente. Ainda que em uma proporção alta (29%), a agressão física de mulheres por desconhecidos era menos significativa que a de homens.

Considerando-se apenas a população que sofreu agressão física de cônjuges e ex-cônjuges, tem-se que 56% das mulheres procuraram alguma unidade policial, enquanto somente 32,3% dos homens o fizeram. Vale notar que as barreiras verificadas para acesso às instâncias policiais por parte da população negra vítima de roubo ou furto se repetem aqui: enquanto 61,6% das mulheres brancas haviam procurado a polícia, este valor é 10 pontos mais baixo quando se trata de mulheres negras (51,9%).

Ao se indagar o motivo de não terem procurado apoio nas instituições de segurança pública, as mulheres informaram que: não queriam envolver a polícia (27,7%), tinham medo de represálias (23%) ou resolveram sozinhas (21,5%). Apenas 9,4% delas acreditavam que este tipo de agressão não era importante a ponto de demandar uma ação policial. Entre os homens que sofreram agressão de suas companheiras, 24,7% acreditavam não ser este um fato importante, e somente 2,3% tinham algum medo de represálias. Ou seja, ainda que este seja apenas um caso muito específico de violência – somente física –, é possível perceber o quanto as características da violência sofrida por homens e por mulheres são diferenciadas e o quanto os aspectos de gênero são determinantes para entendê-las e enfrentá-las.

© 2011. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Elaboração, distribuição e informações:

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES
Brasília – DF
CEP: 70076-900
Fones: (61) 3315-5282 e 3315-5384
Fax: (61) 3315-5109
ouvidoria@ipea.gov.br – www.ipea.gov.br

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Via N1 Leste, s/n, Pavilhão das Metas
Praça dos Três Poderes – Zona Cívico-Administrativa
Brasília – DF
CEP: 70150-908
Fones: (61) 3411-4246 e 3411-4289
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br – www.sepm.gov.br

ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de
Gênero e Empoderamento das Mulheres
Escritório Sub-Regional para o Brasil e Países do Cone Sul
EQSW 103/104, Lote 1, Bloco C, 1º andar
Brasília – DF
CEP: 70670-350
Fone: (61) 3038-9280 e 3038-9291
Fax: (61) 3038-9289
onumulheres.conesul@unwomen.org - www.unifem.org.br

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –
Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º andar
Brasília – DF
CEP: 70054-906
Fone: (61) 20257043 e 2025-7000
Fax (61) 32265625
seppir.ouvidoria@planalto.gov.br – www.seppir.gov.br

Produção Editorial

Coordenação
Luana Pinheiro

Edição e redação

Ipea
Ana Paula Sampaio Volpe
Cláudia Mara Pedrosa
Luana Pinheiro
Maria Aparecida Abreu
Tatiana Dias Silva

ONU Mulheres
Ana Carolina Querino
Danielle Valverde

SPM
Cristina Monteiro de Queiroz
Jullyane Carvalho Ribeiro
Mariana Mazzini Marcondes
Nina Madsen

SEPPIR
Silvana Rezende

Projeto gráfico, ilustrações e diagramação
Flavia Amadeu

CD-Rom: projeto gráfico e editoração eletrônica
Flavia Amadeu e Rodrigo Azevedo

Produção de indicadores
Cristiane Ala Diniz - Ipea

Revisão dos textos:
Editorial do Ipea
Laeticia Jensen Eble
Luciana Dias Jabbour
Marco Aurélio Dias Pires
Mariana Carvalho
Olavo Mesquita de Carvalho
Reginaldo da Silva Domingos



Ministério da
Integração Nacional